

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23434	30358/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento CPRAQ/04/25/DCP - Aquisição de serviços de vigilância e monitorização de alarmes (convite e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o artigo 33.º, n.º1 alínea f) da Lei 75/2013 e de acordo com os documentos constantes do processo.

Fundamentação da necessidade de contratar

No âmbito do processo de descentralização de competências na área da saúde, de acordo com o Auto de Transferência n.º ARSN_015/2023, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, o Município assumiu os compromissos adjacentes às entidades prestadoras de serviços nas unidades de saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga, nomeadamente a prestação de serviços de vigilância.

Face ao exposto, e para dar resposta às necessidades de segurança das diversas unidades de saúde, é necessário dar seguimento à respetiva contratação dos serviços.

O procedimento é efetuado ao abrigo do “ACORDO-QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA” – Lote 3, da Central de Compras da CIM Cávado nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)

Perante o exposto, considera-se devidamente fundamentado o interesse público subjacente ao procedimento, em conformidade com o disposto no artigo 36.º n.º 1 do CCP, assim



como, foi tido em consideração os princípios da economia, eficiência e eficácia aplicáveis à assunção de compromissos e realização da despesa, considerando o disposto no artigo 18.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual).

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CADERNO DE ENCARGOS
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	3
1ª. Objeto.....	3
2ª. Contrato.....	3
3ª. Prazo do contrato.....	3
Secção I – Obrigações da entidade adjudicante.....	4
4ª. Obrigações da entidade.....	4
5ª. Preço contratual.....	4
6ª. Modificação contratual.....	5
7ª. Alterações ao contrato.....	5
8ª. Condições de pagamento.....	5
Secção II – Obrigações do cocontratante.....	7
9ª. Obrigações principais do cocontratante.....	7
10ª. Trabalhadores afetos à execução do contrato.....	8
11ª. Proteção de dados pessoais.....	8
12ª. Responsabilidades.....	9
13ª. Dever de sigilo.....	9
14ª. Termos de desempenho ambientais.....	10
Secção III – Penalidades contratuais e força maior.....	10
15ª. Penalidades contratuais.....	10
16ª. Força maior.....	10
Secção IV – Resolução e subcontratação contratual.....	11
17ª. Resolução por parte da entidade adjudicante.....	11
18ª. Resolução por parte do cocontratante.....	12
19ª. Subcontratação e cessão da posição contratual.....	12
20ª. Foro competente.....	13
Secção V – Disposições Finais.....	13
21ª. Comunicações e notificações.....	13
22ª. Gestor do Contrato.....	13
23ª. Local da prestação de serviços.....	13
24ª. Contagem dos prazos.....	13

25ª. Legislação aplicável.....	13
Parte II – Cláusulas Especiais.....	14
26ª. Especificações técnicas.....	14
27ª. Níveis de Serviço.....	16
28ª. Necessidades por unidade de saúde:	16
Anexo B – (Modelo de) Declaração.....	20

PARTE I – Cláusulas Gerais

1ª. Objeto

1. Procedimento **Consulta Prévia ao Abrigo de AQ da CIM- Cávado n.º CPRAQ/4/25/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços combinados de vigilância e segurança humana e monitorização de alarmes de vigilância para as Unidades de Saúde que constituem a Unidade Local de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga.**

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor por um período de **24 meses** ou até ser atingido, durante esse período, a prestação integral dos serviços ou o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do

- contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os contratos celebrados com empresas de segurança.
 3. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
 - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos, sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia a 01/10/2025.
 4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
 5. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

Secção I – Obrigações da entidade adjudicante

4ª. Obrigações da entidade

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5ª. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, corresponde ao somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades, e não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base de 1.424.538,56€ no prazo máximo de vigência admitido

3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
 - a. A execução dos serviços prestados mensalmente

6ª. Modificação contratual

Os prazos previstos na cláusula 3ª – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do cocontratante devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

7ª. Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

8ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;

- b. o artigo 9.º, n.º 1, da LPCA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
 - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
3. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com os serviços prestados, se aplicável.
4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados mensalmente.
5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

Secção II – Obrigações do cocontratante

9ª. Obrigações principais do cocontratante

1. O adjudicatário obriga-se a executar o contrato a celebrar de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, know.how, diligência e zelo e recorrendo a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos necessários e adequados para a execução dos mesmos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. Para além das previstas no CCP, constituem obrigações do adjudicatário, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nas peças do procedimento:
 - a) Manter atualizados os documentos de habilitação que estão obrigados a apresentar por força do artigo 81º do CCP;
 - b) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação dos serviços e demais esclarecimentos que se justifiquem, não apresentado propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros relacionados com condições que se encontrem previstas no presente procedimento;
 - d) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução do contrato, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
 - e) Nomear um gestor responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, e comunicar à entidade adjudicante a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação, sendo que ao gestor em causa cabe desempenhar o papel de interlocutor com a entidade adjudicante;
 - f) Disponibilizar à entidade adjudicante toda a informação relevante para a gestão do contrato a celebrar, designadamente qualquer relatório especialmente previsto no presente caderno de encargos;
 - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;

- h) Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos nas peças do procedimento.
- 3. O prestador de serviços obriga-se ainda a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional e qualquer Convenção Coletiva de trabalho ou demais legislação aplicável ao setor.

10ª. Trabalhadores afetos à execução do contrato

- 1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a executar o contrato, com trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado ou sem termo, devendo para o efeito assinar a declaração constante no **Anexo B**, aquando dos documentos de habilitação.
- 2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.

11ª. Proteção de dados pessoais

- 1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
- 2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
- 3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial

mo Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.

4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

12ª. Responsabilidades

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

13ª. Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de

processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

14ª. Termos de desempenho ambientais

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais, no âmbito da sua atividade empresarial, por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Secção III – Penalidades contratuais e força maior

15ª. Penalidades contratuais

Caso se verifique, serão aplicadas as penalidades contratuais constantes do artigo 18.º do caderno de encargos do "ACORDO-QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA" – Lote 3, da Central de Compras da CIM Cávado.

16ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens,

greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção IV – Resolução e subcontratação contratual

17ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes

indenizações legais a que houver lugar.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do cocontratante:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

18ª. Resolução por parte do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

19ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo cocontratante depende da autorização da CIM Cávado e do Município de Braga, nos termos do previsto no AQ.
2. **O pessoal supervisor proposto pelo adjudicatário só pode ser substituído com o expresso e prévio consentimento da entidade adjudicante, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente ao exigido no procedimento pré-contratual** (e que permitirá uma determinada avaliação da proposta ganhadora).
3. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

20ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Secção V – Disposições Finais

21ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

22ª. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

23ª. Local da prestação de serviços

1. As instalações onde serão prestados os serviços de vigilância objeto do contrato a celebrar constam no **Anexo III.2 do programa de concurso**, sem prejuízo de eventuais encerramentos e aberturas de novas instalações que possam vir a ocorrer durante a execução do contrato a celebrar.
2. No caso de abertura de novas instalações pela entidade adjudicante, bem como encerramento das já existentes e constantes do **Anexo III.2 do programa de concurso**, o prestador de serviços fica vinculado aos preços contratualizados na decorrência do presente procedimento.

24ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

25ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

26ª. Especificações técnicas

1. Para prestar os serviços de vigilância e segurança o prestador de serviços deverá cumprir, sem prejuízo de melhor detalhe em sede de convite, e mais adaptados à realidade das entidades adquirentes, os seguintes requisitos mínimos:

- a) Controlo de acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlo do acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas em áreas restritas ou reservadas;
- b) Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela entidade adquirente;
- c) Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
- d) Monitorizar sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente de deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, sistemas de CCTV, entre outros;
- e) Vigiar instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos, distúrbios ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
- f) Cumprir e garantir o cumprimento de regulamentos e outros normativos aplicáveis às instalações;
- g) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, roubo, incêndios, inundações, sabotagens, vandalismo e explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- h) Proceder aos cortes de energia elétrica, de gás de água, ou outros, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;
- i) Inspeccionar regularmente o estado de equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
- j) Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- k) Realizar rondas de serviço no interior e exterior das instalações, verificar portas e janelas, existência de chaves nas portas, aquecedores e outros aparelhos eventualmente ligados, torneiras, autoclismos, entre outras;
- l) Proceder à abertura e ao encerramento das instalações;
- m) Definir normas técnicas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da entidade adquirente;

- n) Nas instalações onde seja contratado mais do que um posto de vigilância em simultâneo, o prestador de serviços deve equipar todo o seu pessoal com emissores-recetores rádio;
- o) Disponibilizar, a pedido da entidade adquirente, vigilantes para a prestação de serviços extra (a satisfazer no prazo máximo de 60 minutos nos casos de colocação no local de 1 a 2 vigilantes adicionais);
- p) Disponibilizar, a pedido da entidade adquirente, vigilantes para a prestação de serviços de vigilância e segurança a eventos (a solicitar ao prestador de serviços com uma antecedência mínima de 14 dias);
- q) Prestar serviços adicionais, definidos pela entidade adquirente enquadrados no âmbito da sua atividade, como sendo a comercialização de bilhética para serviços públicos, o atendimento e o encaminhamento de chamadas e o apoio aos recintos desportivos, entre outros, nos termos a indicar pelas entidades adquirentes em sede de convite;
- r) Elaborar e apresentar relatórios de atividade com periodicidade a definir pelas entidades adquirentes.

2. Para prestar serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes, o prestador de serviços deverá cumprir, sem prejuízo de melhor detalhe em sede de convite, e mais adaptados à realidade das entidades adquirentes, os seguintes requisitos mínimos:

- a) Possuir soluções técnicas de gestão de alarmes que executem o registo automático das horas de receção de alarmes bem como das horas de execução das chamadas telefónicas, com registo do número marcado;
- b) Monitorizar os sistemas de televigilância, de alarme de deteção de intrusão ou outros das instalações da entidade adquirente, assegurando a ativação e manutenção do mesmo, devendo gravar as imagens 24 horas por dia, as quais devem ser conservadas pelo prazo legalmente fixado (30 dias) e disponibilizadas a qualquer momento a pedido da entidade adquirente;
- c) Conectar os sistemas de intrusão, incêndio e outros à central de alarmes própria, no prazo máximo de 6 dias, garantindo a prestação de serviços remotos de verificação e confirmação do bom funcionamento da instalação da entidade adquirente;
- d) Informar, por escrito, o responsável das instalações de quaisquer situações anómalas registadas;
- e) Guardar as chaves das instalações;
- f) Garantir o cumprimento do procedimento, no caso de receção de alarme, em que o operador deve:
 - i. Efetuar chamada de retorno para as instalações onde se encontra o sistema de deteção e verificar a natureza do alarme;

- ii. No caso de não ser obtida qualquer resposta à chamada de retorno, enviar ao local um piquete munido das chaves das instalações, para efeitos de identificação do acontecimento desencadeador do alarme;
 - iii. No caso de existirem indícios de situação de violência ou assalto, contactar as autoridades policiais.
- g) Garantir o envio de piquetes de intervenção, sem qualquer custo adicional para a entidade adquirente, exceto no caso de intervenção não justificada (situação em que o acionamento de alarme é originado por má operação dos sistemas de segurança por parte da entidade adquirente; inclui-se no mesmo entendimento as originadas por defeitos ou falhas dos sistemas de segurança sempre e quando os mesmos sistemas não tenham sido fornecidos e/ou instalados pela entidade prestadora de serviços de ligação à central de monitorização e receção de alarmes);
- h) Garantir, nos casos de intervenção justificada, a permanência do piquete de intervenção no local, sem custos adicionais durante as primeiras 3 horas e sempre que a situação o justifique.

27ª. Níveis de Serviço

Sem prejuízo de outros requisitos acordados com o prestador de serviços de vigilância e segurança, este obriga-se a cumprir os níveis de serviço mínimos definidos no capítulo II – Níveis de serviço, artigos 33.º a 35.º do caderno de encargos do ACORDO-QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA” – Lote 3, da Central de Compras da CIM Cávado.

28ª. Necessidades por unidade de saúde:**1.1 Serviço de Vigilância e Segurança Humana nas seguintes Unidades de Saúde:**

Unidade Saúde	Postos	Dias	Horário Início	Horário Fim
Unidade Saúde Carandá	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Bracara Augusta	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde S. Víctor	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Gualtar	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00

Unidade Saúde Paulo Orósio	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
SAC – Serviço Atendimento Complementar	1	Sábados e Domingos	09h00	19h00
SAC – Serviço Atendimento Complementar	1	Feriados	09h00	19h00
Unidade Saúde Infias	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde S. Geraldo	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Sequeira	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Celeirós	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Ruães	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
CRI de Braga – ET Braga	1	Todos Dias Úteis	08h00	19h00

1.2 As seguintes Unidades de Saúde, poderão possuir Serviço de Vigilância e Segurança Humana, após aprovação prévia por parte da ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde – I.P., valor já considerado no preço base:

Unidade Saúde	Postos	Dias	Horário Início	Horário Fim
Unidade Saúde Pública	1	Todos Dias Úteis	08h00	20h00
Unidade Saúde Esporões	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Tadim	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Tebosa	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde Adaúfe	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Unidade Saúde S. Geraldo (Ext. Pedralva)	1	Todos Dias Úteis	08h00	21h00
Centro Diagnóstico Pneumológico	1	Todos Dias Úteis	07h00	21h00

*Os horários de abertura e encerramento das Unidades de Saúde poderão sofrer alteração, por indicação da Unidade Local de Saúde de Braga e/ou CRI de Braga.

2. Ligação das Centrais de Alarme de Intrusão / Incêndio, à empresa de vigilância, nas seguintes Unidades de Saúde:

Unidade Saúde	Nº Ligações Central	Equipamento	Tipo de Transmissão
Unidade Saúde Carandá	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Bracara Augusta	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde S. Vítor	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Gualtar	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Paulo Orósio	4	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Infias	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Celeirós	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Ruães	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Tadem	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Tebosa	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Adaúfe	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Centro Diag. Pneumológico	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Pública	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App

CRI Braga – ET Braga	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Sequeira	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Esporões	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App
Unidade Saúde Pedralva	1	Alarme Intrusão / Incêndio	GPRS/GSM/Linha Telefónica/App

3. Serviço de Piquete de deslocação às unidades de saúde:

Foi acautelado no preço base um valor relativo a Serviço de piquete de deslocação: verba fixa a considerar: **5.512,80€**, como “banco de horas” não submetido à concorrência, sendo apenas necessário o concorrente apresentar o preço do piquete de intervenção, conforme mencionado no Anexo III.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 2015 / 07 / 23

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

Anexo B – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a cláusula 10.^a deste Caderno de Encargos e em cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

..... (local), (data), [assinatura].